

# Leituras Novo-mundistas

*Ian Alexander*

## **Resumo**

O presente artigo apresenta um modelo estrutural para a classificação de culturas pós-coloniais, conforme o peso relativo de três fatores culturais: povos indígenas, colonizadores e escravos ou prisioneiros. O modelo é testado na análise de uma série de textos teóricos, buscando uma articulação entre a teoria pós-colonial anglófona e os estudos literários no sul do Brasil. Conforme o modelo, a abordagem mais promissora é a do Segundo Mundo, conceito de Alan Lawson que abrange a Austrália, a Nova Zelândia e o Canadá e também se aplica ao sul do Brasil e aos países platinos.

Palavras chave: teoria pós-colonial, Segundo Mundo, Neo-Europas

## **Abstract**

This article presents a structural model for the classification of post-colonial cultures, according to the relative importance of three cultural factors: indigenous peoples, colonisers and slaves or prisoners. The model is tested against a number of theoretical texts, so as to suggest ways in which Anglophone post-colonial theory can fruitfully engage with literary studies in the south of Brazil. According to the model, the most promising theoretical approach is Alan Lawson's concept of a Second World, which takes in Australia, New Zealand and Canada and is also applicable to the south of Brazil, Uruguay and Argentina.

Keywords: postcolonial theory, Second World, Neo-Europes

## Prefácio: O Novo Mundo

Quando Cristóvão Colombo partiu da Península Ibérica, ele queria encontrar um caminho às Índias sem passar pelo Cabo da Boa Esperança. No presente trabalho, o termo Velho Mundo denomina o universo biológico e cultural delimitado por esses três pontos: a Europa, a Ásia e a África. A América e a Oceania, que conheceram o europeu, as suas doenças e a sua literatura somente a partir de 1492, são identificadas aqui como o Novo Mundo, como se começassem a existir somente através da sua colonização. O que começou, na verdade, foi a interação entre as culturas antigas de lá e as terras antigas daqui. No Novo Mundo, a Europa foi transplantada e transformada, deixou de ser a Europa e se tornou o Ocidente. Após as grandes viagens da colonização, surgem culturas que esquecem das suas origens nas outras grandes viagens do *Êxodo* e da *Odisséia* e se vêem como novas. Como observa Luiz Antonio de Assis Brasil, “o Rio Grande do Sul é uma região de passado histórico recentíssimo, por ser uma das últimas regiões do mundo a ser colonizada pelo europeu; mais jovem do que o Rio Grande, nessa perspectiva, apenas a Austrália”.<sup>1</sup>

O trabalho que segue, porém, não pretende se aplicar a todas as experiências de colonização, mas somente àqueles deste Novo Mundo. Como australiano morando em Porto Alegre, o meu desejo é o de entender melhor as manifestações da minha cultura e da cultura daqui, dentro do escopo da tradição ocidental. Nesta tarefa, não acredito que “a nação” e “a literatura nacional” sejam pressuposições especialmente úteis. Desconfio que o processo de individuação cultural em relação a uma metrópole europeia seja uma ferramenta mais produtiva. O australiano Alan Lawson propõe “leituras Pacíficas” para explorar como certas semelhanças na formação das culturas do Canadá e da Austrália informam semelhanças nas obras literárias produzidas naqueles países.<sup>2</sup> Ofereço os apontamentos que seguem para que pensadores daqui possam considerar certos motivos para se incluírem num projeto de “leituras novo-mundistas”.

## Algumas armadilhas

Na década de 1980, Bill Ashcroft, Gareth Griffiths e Helen Tiffin empregaram o termo “pós-colonial” para identificar “toda a cultura afetada pelo processo imperial, do momento da colonização até os dias de hoje”<sup>3</sup>. Desde a antiguidade dos hebreus e dos gregos, seria difícil identificar alguma manifestação da cultura humana que não caiba nessa definição. As palavras “colônia” e “colonização” têm as suas raízes no Latim *colonia*, originalmente uma fazenda ou povoamento, mais tarde um povoamento oficial num território recém-conquistado, onde cidadãos romanos recebiam terras até então

1 ASSIS BRASIL, Luiz Antonio de. O universo nas ruas do mundo. In: ZILBERMAN, Regina; BERND, Zilá (Org.). *O viajante transcultural: leituras da obra de Moacyr Scliar*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004. p. 22.

2 LAWSON, Alan. A cultural paradigm for the second world. *Australian-Canadian studies*, v. 9, n. 1-2, 1991. p. 75. No original: “we might, I suggest, ... explore the space that is made when we put Canadian and Australian texts together, when we do Pacific readings”.

3 ASHCROFT, Bill; GRIFFITHS, Gareth; TIFFIN, Helen. *The empire writes back: theory and practice in post-colonial literatures*. London: Routledge, 1989. p. 2. No original: “We use the term ‘post-colonial’ ... to cover all the culture affected by the imperial process from the moment of colonisation to the present day”.

não cultivadas e, em troca, passavam a atuar como uma guarnição nas fronteiras do império<sup>4</sup>. Embora um teórico como Walter Mignolo limite a sua discussão do colonialismo à “constituição geopolítica e geohistórica da modernidade ocidental européia”,<sup>5</sup> a raiz latina mostra que a própria Europa se construiu através de colonizações. Antes de serem colonizadores, os portugueses, os ingleses, os seus idiomas e as suas culturas são produtos de sucessivas ondas de colonização celta, romana, moura, germânica e nórdica.

Se a língua portuguesa existe por causa da presença romana na península ibérica e depois se espalha pelos continentes como colonizadora, uma obra como *Os Lusíadas* também se inscreve nessa dupla relação colonial, assumindo as suas dívidas com modelos clássicos ao mesmo tempo que celebra seu novo poder. Num processo paralelo, o estudo acadêmico da literatura inglesa no Reino Unido surgiu no século XIX, não simplesmente como um instrumento imperialista, mas também como uma instância da sua própria descolonização intelectual: “como uma tentativa de substituir os clássicos no coração do humanismo”.<sup>6</sup> Dentro do próprio mundo “clássico”, Horácio se posiciona dentro do mesmo tipo de relação cultural quando elogia nos poetas romanos “a coragem de abandonar as pegadas gregas e celebrar os fastos nacionais”.<sup>7</sup>

Vários teóricos, como Stephen Slemon, querem definir o colonialismo como “um tipo de opressão política, econômica e discursiva”<sup>8</sup> e insistem em que os estudos pós-coloniais sejam explicitamente ligados a fins libertadores e anti-colonialistas.<sup>9</sup> O presente trabalho, porém, enfoca a experiência do colonialismo não como uma relação de opressão entre Estados ou entre povos e sim como um modo de contato entre culturas: uma transplantação de pessoas e de jeitos de ser em terras alheias, que inevitavelmente gera culturas novas. Se todas as culturas são, a princípio, “pós-coloniais”, a chamada teoria pós-colonial deveria ser capaz de tratar de todos os posicionamentos que uma cultura possa ter em relação às suas várias raízes, dos quais a opressão é somente um. Na literatura, tal teoria deveria procurar explicar a relação entre a experiência da colonização e atos específicos de leitura e escrita. Não existem, portanto, “literaturas pós-coloniais”, e sim relações coloniais visíveis na literatura: relações de herança e de parentesco entre culturas que se vêem como mais ou menos distintas.

Ao descrever uma dupla relação típica do Novo Mundo, Helen Tiffin fala em termos da “posição ambígua de, por exemplo, australianos brancos que, apesar de ainda colonizados pela Europa e pelas idéias européias, são também os colonizadores dos

4 Klor de Alva, Jorge. The postcolonization of the (Latin) American experience: a reconsideration of “colonialism,” “postcolonialism,” and “mestizaje”. In: PRAKASH, Gyan. *After colonialism: imperial histories and postcolonial displacements*. Princeton: Princeton University Press, 1995. p. 264.

5 MIGNOLO, Walter. La razón postcolonial: herencias coloniales y teorías postcoloniales. *Gragoatá*. Niterói, n. 1, 2º semestre, 1996. p. 9. No original: “límite mi comprensión acerca del ‘colonialismo’ a la constitución geopolítica y geohistórica de la modernidad occidental europea”.

6 ASHCROFT, 1989. p. 3. No original: “The development of English as a privileged academic subject in nineteenth-century Britain ... came about in part as an attempt to replace the Classics at the heart of the intellectual enterprise of nineteenth-century humanistic studies”.

7 HORÁCIO. *Arte poética*. Traduzido por Jaime Bruna. In: *A poética clássica*. São Paulo: Cultrix, 1997. p. 63.

8 SLEMON, Stephen. The scramble for post-colonialism. In: TIFFIN, Chris; LAWSON, Alan. *De-scribing Empire: post-colonialism and textuality*. London: Routledge, 1994. p. 31. No original: “I believe that post-colonial studies needs always to remember that its referent in the real world is a form of political, economic, and discursive oppression whose name, first and last, is colonialism.”

9 SLEMON, 1994. p. 30. No original: “post-colonial studies, if nothing else, needs to become more tolerant of methodological difference, at least when that difference is articulated towards emancipatory anti-colonialist ends.”

habitantes originais”.<sup>10</sup> Embora seja muito discutível recorrer ao binarismo de “ainda colonizado” para descrever a relação de parentesco entre a cultura ocidental da Austrália e a sua origem européia, é exatamente essa “ambigüidade” que o presente trabalho visa esclarecer. É crucial, porém, estabelecer uma distinção fundamental entre uma herança genética (o australiano “branco”) e uma afiliação cultural (o australiano “de cultura britânica”, ou simplesmente “britânico”). Um australiano de origem tailandesa e outro originário da Letônia seriam igualmente capazes de se identificar ou não com a cultura herdada dos colonizadores britânicos, e a cor da sua pele não faria nenhum dos dois nem mais, nem menos “colonizador” dos aborígenes que o outro. No contexto hispano-americano, Vianna Moog nota que a cultura mexicana procura “assimilar o passado pré-cortesiano”, mas persiste em “negar o seu passado espanhol”, enquanto o contrário acontece no Peru e na Colômbia, onde “havendo assimilado completamente o passado hispânico”, as elites menosprezam “as suas heranças pré-colombianas”.<sup>11</sup> Essas escolhas culturais não se reduzem a nenhuma diferença na cor da pele das populações meso-americana e andina. No próprio Brasil, o mesmo tipo de situação se evidencia quando um cidadão – talvez de origem africana ou alemã – aceita que a sua cultura nacional seja latina: a questão da afiliação cultural deve ser examinada sem recurso a classificações nocivas de “raça”.

Os australianos Chris Tiffin e Alan Lawson afirmam que “o primeiro passo na desconstrução do império é o de analisar onde e como a nossa visão do mundo é modulada ou contagiada pelo colonialismo”,<sup>12</sup> e assim ocultam um passo que vem antes do primeiro, porque seria impossível analisar “a nossa visão” antes de saber quem somos “nós”. No livro *Literatura e Identidade Nacional*, Zilá Bernd segue uma lógica parecida, identificando a “armadilha” do etnocentrismo sem discutir o conceito de uma “etnia brasileira”, e aconselhando cautela e flexibilidade na definição da “identidade nacional” sem questionar a necessidade da sua existência.<sup>13</sup> Em vez de entrar no texto como um pressuposto, tal identidade deve ser primeiro um foco de investigação: como afirma Homi Bhabha, “a identidade não é jamais um *a priori*, nem um produto final, e sim um processo problemático de acesso a uma imagem de totalidade”.<sup>14</sup> No mesmo contexto, Bhabha emprega uma formulação de Locke para sugerir um isomorfismo entre a identidade de uma pessoa e a sua consciência de ações e pensamentos passados.<sup>15</sup> Esse conceito da identidade individual pode ser aplicado também à identidade de uma cultura: em vez do alcance do “eu”, a medida seria o alcance temporal e espacial do

10 TIFFIN, Helen. Post-colonial literatures and counter-discourse. In: ASHCROFT, Bill; GRIFFITHS, Gareth; TIFFIN, Helen (Ed.). *The post-colonial studies reader*. London: Routledge, 1995. p. 95. No original: “the ambiguous position of, say, white Australians, who, though still colonised by Europe and European ideas, are themselves the continuing colonisers of the original inhabitants”.

11 MOOG, Vianna. *Bandeirantes e pioneiros: paralelo entre duas culturas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1964. p. 265.

12 TIFFIN, Chris; LAWSON, Alan. Introduction: the textuality of empire. In: \_\_\_\_\_. *De-scribing Empire: post-colonialism and textuality*. London: Routledge, 1994. p. 9. No original: “The first stage in the process of de-scribing Empire is to analyse where and how our view of things is inflected (or infected) by colonialism”.

13 BERND, Zilá. *Literatura e identidade nacional*. Porto Alegre: Editora da Universidade/ UFRGS, 1992. p. 15.

14 BHABHA, Homi K. Interrogating identity: Frantz Fanon and the postcolonial prerogative. In: \_\_\_\_\_. *The location of culture*. London: Routledge, 1994. p. 51. No original: “identity is never an *a priori*, nor a finished product; it is only ever the problematic process of access to an image of totality”.

15 BHABHA, *Interrogating identity*, 1994. p. 48. No original: “as far as this consciousness can be extended backwards to any past action or thought, so far reaches the identity of that person”.

pronome “nós”.

Um país novo (uma entidade legal com as suas fronteiras e a sua constituição) surge no mundo com uma proclamação ou uma assinatura, mas uma cultura nova não: como observa Benedict Anderson, “uma nação não nasce num determinado momento”.<sup>16</sup> Nações e culturas se distinguem através da relação dialética entre a consciência da sua diferença e a vontade de ser diferente. Chris Prentice aponta para uma análise psicanalítica da nação, conceituando a relação metrópole / colônia em termos de “um processo de maturação que é consistente não somente com descrições da maneira em que a Austrália, o Canadá e a Nova Zelândia alcançaram o status de nação, ... mas com o desenvolvimento psíquico representado na teoria de edipalização”.<sup>17</sup> O autor realça a distinção entre esses três países, que se separaram da metrópole pacificamente, e os Estados Unidos, com a sua guerra de independência: essa diferença também se aplica ao Brasil em relação aos seus vizinhos na América Latina. A identidade ensaiada por Tiffin, Lawson e Bernd deveria ser investigada não com o intuito de isolar sua data de nascimento, e sim de entender seu processo de individuação.

## Culturas novas no Novo Mundo

As singularidades culturais do Novo Mundo – do mundo que se pensa como novo – provêm principalmente de dois fatores: o mar e o texto. Em primeiro lugar, o mar representa a separação radical dos universos culturais do Velho e do Novo Mundo até o choque de conhecimento que dá início à colonização. As culturas européias, por outro lado, foram formadas através de processos mais lentos de contato entre povos vizinhos, onde já existia, inevitavelmente, um certo nível de influência mútua antes do momento identificável como o da colonização. Em segundo lugar, o mar representa uma barreira biológica: o colapso das sociedades indígenas no Novo Mundo resultou não somente das suas dificuldades frente a uma tecnologia bélica mais avançada, mas também da ausência de defesas imunológicas contra as doenças do Velho Mundo. O texto, por sua vez, coloca limites no esquecimento: a conquista européia do Novo Mundo é amplamente documentada, enquanto grande parte da história colonial intra-européia aconteceu antes da difusão geral da escrita. Na ausência de documentação, não é possível saber, por exemplo, se a cultura celta chegou às Ilhas Britânicas e à Península Ibérica através de um movimento maciço de pessoas ou através de um processo de influência tecnológica e cultural. Desde Pero Vaz de Caminha, por outro lado, não é possível fingir ignorância de como surgiu a cultura latina do Brasil.

Se o Novo Mundo começa a se estabelecer quando uma potência colonizadora e os seus barcos chocam-se com um povo indígena e as suas terras, essa relação binária não permanece por muito tempo, porque logo surgem posições que não são simples-

16 ANDERSON, Benedict. *Imagined communities: reflections on the origin and spread of nationalism*. 2.ed. London: Verso, 1991. p. 205. No original: “Nations, however, have no clearly identifiable birth”.

17 PRENTICE, Chris. Some problems of response to empire in settler post-colonial societies. In: TIFFIN, Chris; LAWSON, Alan. *De-scribing Empire: post-colonialism and textuality*. London: Routledge, 1994. p. 46. No original: “This family group (which is really only a mother-infant pair) suggests the process of maturation which is not only consistent with descriptions of the way in which Australia, Canada and New Zealand gained nationhood ..., as opposed, for example, to the United States, but with a psychical development as represented in the theory of oedipalization.”.

mente redutíveis às categorias preexistentes. Sem minimizar a violência freqüentemente envolvida, o contato sexual entre os dois lados dessa nova fronteira acaba criando um novo tipo de pessoa, uma mistura genética que não é simplesmente o colonizador, nem o colonizado. A maneira em que essas crianças são aceitas ou não pelas culturas nos dois lados da fronteira colonial impacta profundamente nas relações entre as culturas. Qualquer troca entre os dois partidos – seja de comidas ou utensílios, de palavras ou de melodias – implica o surgimento de fatos culturais novos que não são elementos de nenhuma das culturas preexistentes, e sim de uma experiência nova que não teria existido sem aquele contato. Mesmo no caso mais extremo, em que um povo indígena é aniquilado e a sua cultura deixa de existir, a vida do colonizador em terras distantes das suas raízes fatalmente produz formas culturais novas e, com o tempo, indivíduos que não podem ser descritos simplesmente como colonizadores, por não conhecerem nenhum mundo senão aquele e nenhuma cultura senão aquela que está a surgir.

Helen Tiffin afirma que “as culturas pós-coloniais são inevitavelmente híbridadas”,<sup>18</sup> mas cabe lembrar que todas as culturas são pós-coloniais: as próprias categorias que preexistem um determinado evento colonial são, inevitavelmente, produtos de miscigenações anteriores. Enquanto as culturas do Velho Mundo são capazes de ignorar as suas origens históricas e se perderem em mitos, aquelas do Novo Mundo não têm a opção de driblar a questão do seu princípio: o ponto de partida da sua história nacional é o ponto de chegada de um outro povo que ainda existe no outro lado do mar. A equação romântica entre a nação, o povo, o idioma e a tradição pode muito bem ser uma ficção em qualquer lugar, mas não é sequer verossímil no Novo Mundo, onde a única maneira de gerar uma unidade nacional é definir um princípio e fingir que seja um fato natural. No caso de países como a Austrália e o Brasil, esse “fato” é inseparável da colonização.

A escolha de certos momentos para servir como os princípios do Brasil – 15 de novembro de 1889, 7 de setembro de 1822 e, principalmente, 22 de abril de 1500 – representa não somente o que Edward Said chama de “o desejo, a vontade e a liberdade para ... assumir os riscos de ruptura e descontinuidade”,<sup>19</sup> mas também a percepção de uma nova continuidade. É por força dessa percepção que o golpe militar promovido pelo Marechal Deodoro da Fonseca é visto como um princípio, mas o golpe de 1964 não é, que o grito de independência do jovem Dom Pedro I é um princípio, mas a Inconfidência Mineira, não. Mais do que tudo, o princípio dos princípios é identificado com o momento em que Pedro Álvares Cabral pisou no litoral da América do Sul, dando início ao encontro entre o índio, o europeu e o pau-brasil. Nenhum brasileiro presenciou o descobrimento do país: “o Brasil” tem 505 anos, mas o brasileiro não.

Enquanto isso, a Austrália nunca sofreu um golpe militar, nunca estabeleceu um regime republicano, nunca lançou um novo ramo de uma família real, e foi descoberta tantas vezes por tantos povos antes de ser colonizada pelos britânicos que é impraticável apontar um único encontro decisivo, mas as suas datas festivas não são menos arbitrárias. O país celebra o dia 26 de abril de 1915 (o momento na Primeira Guerra Mundial em que a ex-colônia aceitou a necessidade de ajudar na defesa da metrópole)

18 TIFFIN, 1995. p. 95. No original: “Post-colonial cultures are inevitably hybridised”.

19 SAID, Edward. A meditation on beginnings. In: \_\_\_\_\_. Beginnings: intention and method. New York: Columbia University Press, 1975. p. 34. No original: “First of all, there must be the desire, the will and the true freedom to reverse oneself, to accept thereby the risks of rupture and discontinuity”.

e o dia 1 de janeiro de 1901 (a data da federação de seis das sete colônias britânicas da região), mas o marco-zero é o dia 26 de janeiro de 1788. O Brasil conta a sua idade a partir da data do seu “descobrimento”, enquanto a Austrália elege o dia do seu “povoamento”, em que a primeira frota de barcos britânicos chegou na Baía de Sydney para fundar uma prisão. Como reconhece Said, o espírito humano não se preocupa com princípios como um exercício abstrato, mas somente quando a urgência do presente consegue trazer “o princípio” – e, com ele, a seqüência princípio-agora-futuro – para dentro da percepção.<sup>20</sup> Princípios não são motivo somente para festas, monumentos e discursos, mas para conflitos, para denúncias e para atos de vandalismo. As celebrações dos 200 anos da Austrália em 1988 e dos 500 anos do Brasil em 2000 foram conturbadas porque a escolha do princípio delimita uma relação com o passado e um projeto para o futuro.

## O Brasil e a teoria pós-colonial

Apesar da antigüidade das relações coloniais, a teoria pós-colonial tipicamente limita-se à época moderna. Slemon reconhece três campos mais ou menos distintos em que o termo “pós-colonial” se desenvolveu no contexto da literatura de língua inglesa. Em primeiro lugar, ele representa uma liberalização geográfica dos estudos tradicionais da “literatura inglesa”,<sup>21</sup> que passa a incluir as produções de outros países anglófonos. Trata-se de um processo duplo de expansão, em que se incluiu primeiro os estudos da literatura dos Estados Unidos e depois, na fase mais tipicamente chamada “pós-colonial”, as literaturas nacionais ou regionais dos países da Comunidade Britânica.<sup>22</sup> No contexto da história literária, os Estados Unidos se distinguem em relação às demais ex-colônias britânicas – entre elas o Canadá e a Austrália – não por terem alcançado uma independência política mais cedo, nem por causa de qualquer característica singular no processo da sua colonização, e sim pela sua produção de um corpus considerável de literatura já no século XIX. Mais tarde, o termo passou a denominar atividades literárias em certa oposição a esse campo tradicional: as subjetividades de culturas oprimidas, ainda colonizadas, ou dispersas dentro de outros povos e outras culturas.<sup>23</sup> Com a maior inserção de teóricos como Said e Bhabha nas universidades dos Estados Unidos e do Reino Unido, esse segundo sentido de “pós-colonial” veio a ser visto em muitos contextos como o principal. Em terceiro lugar, e relacionado a esse segundo momento, os estudos pós-coloniais passam a incluir “análises do discurso do colonialismo e do neo-colonialismo” e da sua resistência.<sup>24</sup> Slemon nota o perigo de essencialismo implícito na associa-

20 SAID, 1975. p. 42.

21 SLEMON, Stephen. Unsettling the empire: resistance theory for the second world. In: ASHCROFT, Bill; GRIFFITHS, Gareth; TIFFIN, Helen (Ed.). *The post-colonial studies reader*. London: Routledge, 1995. p. 105. No original: “the term ‘post-colonial’ is an outgrowth of what formerly were ‘Commonwealth’ literary studies ... as a way of mobilizing the concept of national or geographical difference”.

22 SLEMON, 1995. p. 105. No original: “... a study which came into being after ‘English’ studies had been liberalized to include ‘American’ ...”.

23 SLEMON, 1995. p. 105. No original: “considering the valency of subjectivity specifically within Third- and Fourth-World cultures, and within black, and ethnic, and First-nation constituencies dispersed within First-World terrain”.

24 SLEMON, 1995. p. 105. No original: “... specific analyses of the discourse of colonialism (and neo-colonialism), and ... the kinds of anti-colonialist resistance that can take place in literary writing”.

ção excessiva de resistência anti-colonialista com a produção cultural de determinados locais e não com outros.

Oferecem-se três maneiras em que o Brasil e a América espanhola podem fazer contato com a teoria pós-colonial de língua inglesa. Em primeiro lugar, valorizando o fato de serem repúblicas no Novo Mundo que entraram no século XX politicamente independentes e com identidades nacionais já construídas ou em vias de construção, esses países podem se comparar unicamente com os Estados Unidos. Embora seja proveitoso comparar as experiências de todas as ex-colônias das Américas, é essencial reconhecer a profunda diferença entre a auto-imagem cultural de sociedades que lidam com o rótulo de periféricas e aquela de uma potência mundial que, por ser colonizadora, efetivamente se isenta do campo pós-colonial. Ainda mais complicado é o fato do Brasil alcançar a sua independência sem romper violentamente com Portugal. Segundo, esses países podem se comparar com o Canadá, a Austrália e a Nova Zelândia: outros Estados do Novo Mundo, separados pacificamente da sua metrópole, maduros o suficiente para serem membros fundadores da Liga das Nações em 1919,<sup>25</sup> mas sem terem chegado à situação de potências mundiais. Terceiro, a América Latina pode se identificar como uma região economicamente subdesenvolvida e fazer as suas comparações com os países descolonizados desde a Segunda Guerra Mundial, sejam eles no Novo ou no Velho Mundo.

Nenhuma dessas possibilidades deveria ser rejeitada, já que nenhum sistema é capaz de ordenar todos os países do planeta em categorias exclusivas, e nenhuma perspectiva única é capaz de explicar o Brasil. Tratando do país como um todo, ele é o único no Novo Mundo a partir do qual se governou a própria metrópole europeia e o único que, ao declarar a sua independência, lançou o seu próprio ramo da família real do seu colonizador. Não menos importante em termos culturais, a América lusófona conseguiu manter a unidade política de um vasto território com enormes diferenças regionais, façanha quase única entre as ex-colônias de grande extensão, tanto no Novo Mundo quanto no Velho. A independência trouxe a fragmentação à América espanhola, à Índia britânica e à África francesa, e mesmo os blocos anglófonos de maior ligação cultural com a metrópole não conseguiram manter a sua unidade: a revolução de 1776 separou os Estados Unidos do Canadá, e, na Oceania, a Nova Zelândia optou por não integrar a federação que veio a se chamar de Austrália. Com toda essa complexidade, parece irônico que seja tão amplamente aceita uma identificação restritiva do Brasil com o chamado “Terceiro Mundo”.

Em 1952, seguindo o modelo dos Três Estados do Ancien Régime, o demógrafo francês Alfred Sauvy dividiu os países então existentes em três mundos: o capitalista, o comunista e um Terceiro Mundo para designar todos os outros que não se incluíam nas estruturas do poder global.<sup>26</sup> Naquela época, em plena Guerra Fria, a Organização das Nações Unidas (ONU) contava com 60 países, dos quais somente quatro na África, três no Caribe e dois na Oceania. Sessenta anos depois, com a entrada do Timor Leste,

25 Documenting a democracy. Treaty of Versailles 1919 (including covenant of the League of Nations). Disponível em: <<http://www.foundingdocs.gov.au/item.asp?sdID=94>> Acesso em: 23 mar. 2005.

26 WALLERSTEIN, Immanuel. O que era mesmo o Terceiro Mundo? Traduzido por Teresa Van Acker. *Le Monde Diplomatique*: edição brasileira, v. 1, n. 7, ago. 2000. Disponível em: <<http://www.diplo.com.br/aberto/0008/09.htm>> Acesso em: 13 mar. 2005.

o número de membros da ONU chegou a 191, dos quais 80 são dessas três regiões,<sup>27</sup> quase todos identificados como sendo do Terceiro Mundo. Com o fim da Guerra Fria e do bloco comunista, esse esquema geopolítico perdeu o seu sentido, deixando um pequeno número de países no Primeiro Mundo, um terreno ambíguo em que se encontra uma que outra República Tcheca ou Coréia do Sul, e um enorme Terceiro Mundo que abrange tanto os países descritos como “emergentes” quanto aqueles tomados pela mais profunda miséria. Uma teoria pós-colonial que se baseie simplesmente nessa oposição entre colonizadores e colonizados, entre Primeiro Mundo e Terceiro Mundo, necessariamente esconde muito mais do que ilumina.

Said procura estabelecer esse tipo de polarização com uma analogia entre a desigualdade fundamental da situação discursiva – tanto entre falante e ouvinte quanto entre escritor e leitor – e a situação de poder “entre colonizador e colonizado, opressor e oprimido”.<sup>28</sup> Ele procura exemplificar essa relação com um texto de Frantz Fanon que descreve não a complexidade intercultural de uma sociedade nova, mas uma interação rigorosamente bipolar, uma cidade dividida entre a zona dos “nativos” e aquela dos “colonizadores”.<sup>29</sup> Os colonizadores são identificados como “brancos” e “estrangeiros”,<sup>30</sup> enquanto os nativos são “colonizados” e, implicitamente, negros, árabes ou índios:<sup>31</sup> as três situações são apresentadas como perfeitamente intercambiáveis. As definições dessas categorias dependem de três eixos distintos que são utilizados como se fossem idênticos: o lado da fronteira colonial (colonizador / colonizado), o local de nascimento (estrangeiro / nativo) e a cor da pele (branco / não-branco). A utilidade do texto de Fanon como modelo se limita drasticamente pelo uso de uma definição baseada na cor ou na “raça” dos dois pólos. Mesmo se fosse aceitável usar tal definição, essa visão não admite a possibilidade de haver colonização de “brancos” por “brancos” (como seria o caso dos ingleses na Irlanda), de “não-brancos” por “não-brancos” (os chineses no Tibet) ou de “brancos” por “não-brancos” (os mouros na Península Ibérica).

Essa polarização também não se aplica à “situação colonial” em geral, mas somente à geração do embate inicial, em que todos os colonizadores são estrangeiros e todos os nativos são colonizados. A oposição estrangeiro / nativo deixa de representar essa relação com o nascimento do primeiro filho dos colonizadores, ao mesmo tempo “nativo” e “colonizador”. Mesmo que seja a intenção de Fanon usar o termo “nativo” para descrever os povos indígenas, e não todos aqueles que venham a nascer num determinado lugar, é justamente essa ambigüidade que mostra os limites da bipolaridade de “colonizadores” e “vítimas”. O termo “Terceiro Mundo” procura juntar países que são produtos de relações coloniais completamente distintas, implicitamente igualando a experiência de populações e culturas formadas principalmente por povos indígenas (por exemplo, a Índia), pelos descendentes de escravos (o Haiti) e pelos descendentes

27 UNITED NATIONS ORGANIZATION. Growth in United Nations membership, 1945-2004. Disponível em: <<http://www.un.org/Overview/growth.htm>> Acesso em: 13 jan. 2005.

28 SAID, Edward. The world, the text and the critic. In: \_\_\_\_\_. The world, the text and the critic. London: Faber and Faber, 1984. p. 48. No original: “... the discursive situation is more usually like the unequal relation between colonizer and colonized, oppressor and oppressed”.

29 SAID, 1984. p. 49. No original: “The zone where the natives live” e “the zone inhabited by the settlers”.

30 SAID, 1984. p. 49. No original: “The settler’s town is a town of white people, of foreigners”.

31 SAID, 1984. p. 49. No original: “The town belonging to the colonized people, or at least the native town, the negro village, the medina, the reservation, ...”.

de colonizadores (a Argentina), além de países como o Brasil, com as suas tão variadas regiões que parecem merecer inclusão em cada uma dessas categorias, e que têm entre elas relações também de natureza colonial ou quase-colonial.

Em 1974, George Manuel, cacique do povo Shuswap do Canadá, lançou o termo “Quarto Mundo” para descrever aqueles povos e culturas que se consideram ainda colonizados.<sup>32</sup> Já que os povos que seriam categorizados dessa maneira se encontram em países cuja cultura dominante é aquela dos descendentes do seu colonizador, não se trata mais de uma categorização de países, e sim de populações ou culturas dentro de países: de posições culturais disponíveis dentro de sociedades com experiências recente da colonização. No Brasil, existem populações indígenas que continuam afastadas dos mecanismos do poder e das estruturas administrativas do Estado, cujas culturas se identificariam com outros grupos do Quarto Mundo em países como a Austrália, os Estados Unidos, o Canadá e a Rússia. Também existem regiões no país onde populações de origem africana exercem uma influência poderosa na cultura: situações análogas existem em países como Cuba e a Jamaica. Entretanto, a cultura dominante do Brasil – o seu idioma, a sua religião, os seus valores e as suas instituições – é derivada principalmente daquela do colonizador português, e não das culturas indígenas ou dos escravos africanos. Como enquadrar as culturas da região sul, onde essa influência européia é especialmente predominante? Com quem se deve comparar a cultura daqui?

## A estrutura das relações culturais na colonização

A complexidade das relações culturais que surgem na colonização depende principalmente da confluência de três fatores, que são os três pólos fundadores da população. Primeiro, embora exista a colonização de um território sem habitantes – como no caso das ilhas de Cabo Verde<sup>33</sup>, de Barbados<sup>34</sup> e até da Islândia<sup>35</sup> – é mais comum o território colonizado envolver as terras de pelo menos um povo indígena e, frequentemente, de muitos mais, como no caso da Nigéria, com as suas mais que 250 etnias.<sup>36</sup> O segundo elemento é o colonizador, sendo freqüentes os contatos e conflitos entre duas ou mais potências colonizadoras envolvidas na tentativa de apossar-se das mesmas terras e de subjugar os mesmos povos. A colonização britânica de áreas já colonizadas pelos franceses no Canadá e pelos holandeses na África do Sul é responsável por várias características culturais desses países, e a rivalidade entre portugueses e espanhóis moldou profundamente a cultura do Rio Grande do Sul. Terceiro, muitos projetos de colonização dependem do trabalho mais ou menos forçado de populações transportadas, como escravos ou trabalhadores contratados de outras colônias ou prisioneiros da própria

32 GRIGGS, Richard. Background on the term “Fourth World”. Disponível em: <<http://www.cwis.org/fourthw.html>> Acesso em: 13 mar. 2005.

33 UNITED STATES OF AMERICA. Central Intelligence Agency. The world factbook 2004. Disponível em: <<http://www.cia.gov/cia/publications/factbook/geos/cv.html>> Acesso em: 13 mar. 2005.

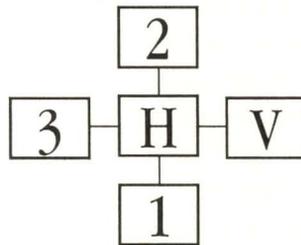
34 UNITED STATES OF AMERICA. Central Intelligence Agency. The world factbook 2004. Disponível em: <<http://www.cia.gov/cia/publications/factbook/geos/bb.html>> Acesso em: 13 mar. 2005.

35 UNITED STATES OF AMERICA. Central Intelligence Agency. The world factbook 2004. Disponível em: <<http://www.cia.gov/cia/publications/factbook/geos/ic.html>> Acesso em: 13 mar. 2005.

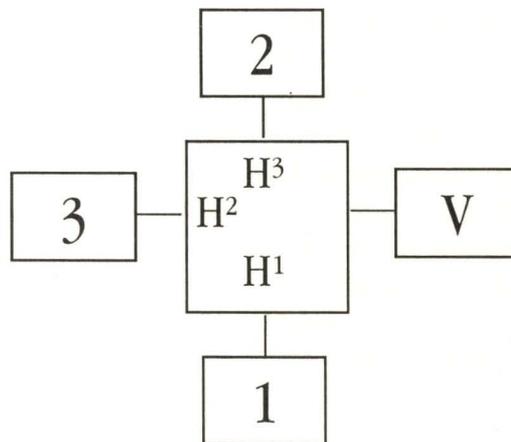
36 UNITED STATES OF AMERICA. Central Intelligence Agency. The world factbook 2004. Disponível em: <<http://www.cia.gov/cia/publications/factbook/geos/ni.html>> Acesso em: 13 mar. 2005.

metrópole colonial. Todos os países no Atlântico entre o Brasil e os Estados Unidos são fortemente influenciados pela presença africana que resultou do cruel tráfico de seres humanos; os descendentes de trabalhadores indianos formam comunidades importantes em países tão distantes quanto Guiana e as Ilhas Fiji; e a deportação de prisioneiros das ilhas britânicas foi o motivo para a colonização da Austrália.

Na sua forma mais elementar, a estrutura das relações culturais pode ser representada graficamente no seguinte modelo, onde a posição H é a cultura híbrida formada pela confluência desses três pólos fundadores. A posição 1 representa as culturas indígenas, cuja ligação com o território é um *a priori* da relação colonial. A posição 2 é das culturas colonizadoras, sem as quais não surge a colonização; as culturas dos povos transportados, nem sempre presentes, aparecem na posição 3. Existe também a possibilidade de contato com outro complexo colonial vizinho, representado pela posição V e constituído da mesma maneira que a posição H, na confluência das suas próprias posições 1, 2 e 3.



Dentro da posição H, existem três tendências:  $H_1$ , onde a influência principal na cultura híbrida provém das fontes indígenas,  $H_2$ , onde essa predominância cabe à cultura dos colonizadores, e  $H_3$ , com maior influência dos transportados. Escolhendo exemplos de sociedades dos contextos britânico e latino, a posição  $H_1$  pode ser representada pelas culturas da Índia e de Angola, a posição  $H_2$  pelas culturas ocidentais da Austrália e da Argentina, e a posição  $H_3$  pelas culturas afrocêntricas da Jamaica e do Haiti. A posição  $H_v$  não existe, porque tal sociedade faria parte do próprio sistema vizinho V.



No contexto colonial do Rio Grande do Sul – para não entrar em todas as complexidades do Brasil – a posição 1 representa os vários grupos de índios no Conti-

nente; a posição 2 representa os portugueses, vindos ou diretamente para o território, ou via São Paulo, Curitiba, Laguna e outros centros coloniais; a posição 3 representa os indivíduos africanos escravizados; e a posição V representa as áreas vizinhas de colonização espanhola. A posição H – a mistura de culturas no estado depois da colonização – inclui as tendências mais indígenas, mais latinas e mais africanas indicadas pelos símbolos  $H_1$ ,  $H_2$  e  $H_3$ , sendo a cultura latina a predominante. No contexto australiano, a posição 1 representa as culturas pré-coloniais dos aborígenes, a posição 2 representa os colonizadores vindos das ilhas britânicas – principalmente ingleses, mas com contingentes importantes de escoceses e irlandeses –, e a posição 3 representa os prisioneiros – entre os quais a proporção de irlandeses, e portanto de católicos, era muito maior que entre os próprios colonizadores. Neste caso, não existe nenhum complexo colonial em território vizinho na posição V. A posição  $H_1$  representa as culturas não-tradicionais dos aborígenes, e  $H_2$  e  $H_3$  representam modalidades da cultura ocidental no país. Diferenças, por exemplo, entre a preferência pelo parlamentarismo monárquico e o desejo por um presidente eleito são, até certo ponto, representativas dessa distinção. No contexto estadunidense, para fins de comparação, a posição 1 representa as culturas dos índios, a posição 2 representa os colonizadores britânicos, a posição 3 representa os escravos africanos e a posição V, áreas de colonização francesa e espanhola.

Vários outros fatores influem sutilmente na natureza de uma colônia, mas não cabem nesse modelo estrutural. Vianna Moog identifica dois ao apontar “o sistema de emigração em casais e comunidades” – parecida com a experiência dos pioneiros estadunidenses – como um dos principais motores das diferenças entre a cultura tosca do pampa do Rio Grande do Sul e a vida nas colônias açorianas, alemãs e italianas do estado.<sup>37</sup> O primeiro é a existência de imigrantes livres de origem étnica diversa daquela do colonizador; o segundo, a presença entre os colonos de um número significativo de mulheres, que impacta na estabilidade da colônia, na textura do seu cotidiano, nas suas relações inter-étnicas e nas suas relações com a metrópole. Em terceiro lugar, o grau de semelhança geográfica e climática entre uma colônia e a sua metrópole é um fator significativo na eventual identificação psicológica dos colonizadores com o território. Essa variável marca uma distinção importante entre, por exemplo, as colônias europeias na zona tropical e as “Neo-Europas”: os Estados Unidos e o Canadá no hemisfério norte e as latitudes sub-tropicais e temperadas do hemisfério sul, onde se encontram a Nova Zelândia, a Austrália, a África do Sul, o Chile, a Argentina, o Uruguai e o sul do Brasil.<sup>38</sup>

O último fator, especialmente crucial em estudos da literatura, é a existência ou não de uma escrita indígena antes da colonização. Muitos dos teóricos mais celebrados do pós-colonial – por exemplo, Said, Bhabha e Gayatri Spivak – provêm de culturas dos berços da civilização no Oriente Médio e na Índia, onde uma literatura ante-colonialista existe como ferramenta na construção de posições anti-colonialistas. Nas Américas, na Oceania e na África mais afastada da influência muçulmana, onde o alfabeto e a literatura chegaram junto com o colonizador europeu, a relação das populações indígenas com a literatura não inclui essa opção. Dividindo a posição  $H_1$  conforme a existência ou

37 MOOG, 1964, p. 188.

38 CROSBY, Alfred W. Ecological imperialism. In: ASHCROFT, Bill; GRIFFITHS, Gareth; TIFFIN, Helen (Ed.). The post-colonial studies reader. London: Routledge, 1995. p. 420.

não de um substrato letrado na cultura colonizada, o modelo oferece quatro posições híbridas que são as mesmas identificadas por Ashcroft, Griffiths e Tiffin como as fontes da teoria pós-colonial. As teorias indianas surgem da posição  $H_1$  (letrada), as teorias africanas da posição  $H_1$  (não-letrada), as teorias das colônias de povoação da posição  $H_2$ , e as teorias caribenhas da posição  $H_3$ .<sup>39</sup>

## Testando a terminologia

Este modelo pode ser usado para comparar a maneira em que os vários teóricos do pós-colonial entendem as sociedades da posição  $H_2$ , como as da Austrália e do Brasil, em relação à cultura colonizadora (posição 2) e as outras culturas mais ou menos “colonizadas” (posições 1, 3,  $H_1$  e  $H_3$ ). O texto já citado de Fanon, por exemplo, trata somente das posições 1 e 2 – “o nativo” e “o colonizador” – sem reconhecer a validade da posição H. Num outro contexto, Fanon afirma que o intelectual “nativo” sente a necessidade de “renovar o contato com as fontes mais antigas e mais pré-coloniais da vida do seu povo”.<sup>40</sup> Num país do Velho Mundo, como Angola, as fontes culturais disponíveis são simplesmente indígenas, mas a situação no Novo Mundo do Brasil é mais complexa: vizinhos morando na mesma rua – todos brasileiros – podem sentir as suas mais profundas ligações com raízes na América indígena, na África escravizada ou na Europa colonizadora. Conforme o modelo bipolar de Fanon, a primeira possibilidade é legitimamente pós-colonial, a segunda não existe e a terceira deve se identificar com o colonizador: a posição  $H_2$  será sempre idêntica à posição 2.

Homi Bhabha, por sua vez, trabalha com o hibridismo cultural, mas a sua preocupação não é com as culturas e sociedades do Novo Mundo. Mesmo citando um trecho de T. S. Eliot sobre a relação entre as posições 2 e  $H_2$ , em que o poeta nota que a parcialidade da transferência cultural inevitavelmente cria culturas “estranhamente parecidas e diferentes da cultura ancestral”,<sup>41</sup> o indiano desvia-se explicitamente do contexto americano para aquele da “condição atual de migrações do Terceiro Mundo”.<sup>42</sup> Partindo de um contexto asiático, as posições 1, 2 e H de Bhabha pouco iluminam a experiência do Novo Mundo.

Vários teóricos que trabalham com o Novo Mundo parecem exagerar as diferenças entre as posições 2 e  $H_2$ . Como citado anteriormente, Helen Tiffin afirma que os “australianos brancos, apesar de ainda colonizados pela Europa e pelas idéias europeias, são também os colonizadores dos habitantes originais”.<sup>43</sup> Os seus “australianos

39 ASHCROFT, 1989. p. 116-154. No original: “Indian literary theories; African literary theories; The settler colonies; Caribbean theories”.

40 FANON, Frantz. National culture. In: ASHCROFT, Bill; GRIFFITHS, Gareth; TIFFIN, Helen (Ed.). *The post-colonial studies reader*. London: Routledge, 1995. p. 153-154. No original: “native intellectuals ... relentlessly determine to renew contact once more with the oldest and most pre-colonial springs of life of their people”.

41 BHABHA, Homi K. Culture's in between. In: BENNETT, David (Ed.). *Multicultural states: rethinking difference and identity*. London: Routledge, 1998. p. 30. No original: “The people have taken with them only a part of the total culture ... The culture which develops on the new soil must therefore be bafflingly alike and different from the parent culture”.

42 BHABHA, 1998. p. 30. No original: “the contemporary condition of third world migration”.

43 TIFFIN, 1995. p. 95. No original: “the ambiguous position of, say, white Australians, who, though still colonised by Europe and European ideas, are themselves the continuing colonisers of the original inhabitants”.

brancos” são, em primeiro lugar, os australianos britânicos (posição  $H_2$ , mas também  $H_3$ ) e a “Europa” é tanto o colonizador quanto a fonte dos transportados (posições 2 e 3). Essencialismos à parte, porém, os “habitantes originais” estão mortos, e os seus descendentes podem ser identificados culturalmente não somente com a posição  $H_1$ , mas também com a  $H_2$ . Não parece exagerado pensar a relação entre as posições  $H_2$  e  $H_1$  em termos de colonização: afinal, é essa a situação herdada das culturas fundadoras. Exagerada é a aplicação da mesma terminologia à afiliação cultural entre o colonizador e os seus descendentes (posições 2 e  $H_2$ ), como se fosse análoga à relação inicialmente estabelecida entre o colonizador e o indígena. Seguindo essa lógica, também seria possível descrever a cultura estadunidense como “ainda colonizada pelas idéias européias”, a cultura portuguesa como ainda colonizada por Roma, e a cultura britânica como ainda colonizada por todas as suas raízes, desde Homero e o Pentateuco. A posição dos australianos britânicos entre as culturas do indígena e do colonizador é ambígua, mas não simétrica: como os próprios aborígenes reconheceriam, a distância cultural entre as posições  $H_2$  e  $H_1$  é muito maior que aquela entre as posições  $H_2$  e 2.

Por dar ênfase às posições indígenas, vários teóricos acabam minimizando as diferenças entre as posições 2 e  $H_2$ . Terry Goldie, por exemplo, sugere uma relação paradoxal entre “o canadense branco” e “o índio”, e afirma que a relação seria essencialmente igual na Austrália e na Nova Zelândia.<sup>44</sup> Pelo modelo, o índio representa a posição 1 e o “canadense branco” se encontra na posição  $H_2$ . A cor da pele, porém, não é um fator essencial. Um canadense de origem jamaicana ou paquistanesa ocuparia a mesma posição, que seria mais corretamente “o canadense de cultura britânica” ou simplesmente “o canadense britânico”. O suposto paradoxo depende do uso da palavra inglesa “alien” em dois sentidos mais ou menos distintos, que podem ser representados como “alheio” e “estrangeiro”. Na seguinte tradução, o termo “alien” substitui-se sempre pela palavra “alheio”, justamente para criar uma sensação de estranhamento e mostrar como o deslizamento dessa palavra do primeiro para o segundo sentido conduz uma transferência da argumentação de uma polaridade cultural ou racial para uma identidade nacional e uma ligação essencialista entre cultura e território.

O canadense branco mira o índio. O índio é outro e, portanto, alheio. Mas o índio é indígena e, portanto, não pode ser alheio. Então o canadense deve ser alheio. Como é que o canadense pode ser alheio dentro do Canadá?<sup>45</sup>

Na segunda frase, então, a palavra “alien” funciona simplesmente como um sinônimo de “outro”, como um marcador de diferença cultural. Não se trata de uma posição absoluta, mas relativa: ninguém é simplesmente “alheio”, mas alheio em relação a algo. Por serem os dois de culturas diferentes – 1 e  $H_2$  –, o índio é “alheio” ao canadense britânico que, por sua vez, seria necessariamente “alheio” ao índio. Com a próxima frase, porém, introduz-se um terceiro termo: a relação de alheamento não trata somente de duas culturas, mas de duas culturas e um território. O indígena – corretamente – “não

44 GOLDIE, Terry. The representation of the indigene. In: ASHCROFT, Bill; GRIFFITHS, Gareth; TIFFIN, Helen (Ed.). The post-colonial studies reader. London: Routledge, 1995. p. 232. No original: “Whether the context is Canada, New Zealand, or Australia becomes a minor issue”.

45 GOLDIE, 1995. p. 234. No original: “The white Canadian looks at the Indian. The Indian is Other and therefore alien. But the Indian is indigenous and therefore cannot be alien. So the Canadian must be alien. But how can the Canadian be alien within Canada?”.

pode ser alheio” ao lugar, mas continua culturalmente alheio ao canadense britânico. A quarta frase cria a aparência de paradoxo, sugerindo que o canadense britânico (agora chamado simplesmente de “canadense”) seja abstratamente “alheio”, sem referência ao outro termo da relação. O truque da frase é de sugerir não uma relação triangular entre o território, o índio e o canadense britânico, e sim uma relação binária do “canadense” com uma unidade índio-território. Se o Canadá se identifica com o seu território e aquele território implica uma relação necessária com uma determinada cultura (implicitamente única e fixa), então o canadense não pode pertencer ao Canadá: ser alheio ao indígena vem a ser igual a ser alheio ao próprio “ser canadense”. Essa lógica ignora a multiplicidade de culturas indígenas dentro das fronteiras do Canadá, mas também parece negar a sua fluidez, correndo o risco de reduzir as culturas indígenas à condição de mero aspecto da natureza, como o voar das aves migratórias.

Partindo dessa situação, existem só duas maneiras de o canadense britânico (e, por extensão, o australiano britânico e o brasileiro latino) poder superar o seu alheamento existencial: ou a sociedade canadense incorpora o indígena, ou o rejeita. Para Goldie, um dos sinais da rejeição seria a formação – não somente no Canadá, mas também nas outras culturas britânicas – dos chamados “native societies”: clubes para britânicos nascidos no Novo Mundo.<sup>46</sup> Não se discute o fato de que essas organizações opunham-se à inclusão dos habitantes originais dos territórios colonizados, mas não era necessário formar clubes – nem usar a palavra “nativo” – para criar uma exclusão desse tipo: as culturas dos indígenas e dos colonizadores já se encontravam em situações bastante exclusivas. Na verdade, o motivo para estabelecer tais clubes seria uma necessidade psicológica, não de marcar a diferença entre as posições  $H_2$  e 1, mas de criar uma distinção fundamental entre as posições 2 e  $H_2$ , entre o britânico nascido na metrópole e aquele que nem conhecia o Velho Mundo. Nesse contexto, a palavra “nativo” tem um sentido análogo ao uso dos termos “criollo” na Nova Espanha e “mazombo” no Brasil colonial, só que usado com orgulho, enquanto os mazombos eram uma “categoria social à parte, a que ninguém queria pertencer”.<sup>47</sup> Pela sua ênfase na relação com o indígena, Goldie não percebe e não trata dessa relação entre a cultura do Novo Mundo e aquela do Velho.

O neozelandês Simon During também esvazia a relação entre as posições 2 e  $H_2$ , definindo o pós-colonialismo como “a necessidade, em nações ou grupos que são vítimas do imperialismo, de conseguir uma identidade não contaminada por conceitos e imagens eurocêntricos ou universalistas”.<sup>48</sup> A princípio, as culturas derivadas principalmente daquelas dos colonizadores dificilmente seriam vistas como “vítimas” do imperialismo, ao passo que as hibridizações associadas aos indígenas e aos transportados podem adotar esse rótulo com certa naturalidade. O enfoque principal nessa distinção é a relação de poder e de opressão entre o “colonizador” e o “colonizado”: entre, por um lado, as posições 2 e  $H_2$  e, por outro, as posições 1, 3,  $H_1$  e  $H_3$ . A posição  $H_2$  – as culturas

<sup>46</sup> GOLDIE, 1995. p. 234. No original: “native societies”.

<sup>47</sup> MOOG, 1964. p. 110.

<sup>48</sup> DURING, Simon. Postmodernism or post-colonialism today. In: ASHCROFT, Bill; GRIFFITHS, Gareth; TIFFIN, Helen (Ed.). The post-colonial studies reader. London: Routledge, 1995. p. 125. No original: “post-colonialism is ... the need, in nations or groups which have been victims of imperialism, to achieve an identity uncontaminated by universalist or Eurocentric concepts and images”.

no Novo Mundo que são produtos do processo imperial, mas não propriamente as suas vítimas – é implicitamente excluída da “necessidade pós-colonial”. Em seguida, o autor define “o desejo pós-colonial” como “o desejo das comunidades descolonizadas por uma identidade”:<sup>49</sup> o termo “descolonizado” não se define, mas a relação entre esse desejo pós-colonial e a necessidade pós-colonial descrita anteriormente sugere uma identificação com as mesmas posições. Se as sociedades da posição  $H_2$  também desejam uma identidade distinta da posição 2, esse desejo não pode se definir como “pós-colonial”, nem se relacionar com um processo de “descolonização”.

Impõe-se uma segunda distinção quando DURING afirma que “o impulso identitário pós-colonial se centra na linguagem” e que, “para o pós-colonial, falar ou escrever nas línguas imperiais é invocar um problema de identidade”.<sup>50</sup> Benedict Anderson mostra que a primeira onda de nacionalismo surgiu nas Américas, onde a escolha de uma identidade e o desejo de se distinguir da metrópole não necessitavam a escolha de um idioma. Para DURING, essas identidades nacionais do Novo Mundo (típicas da posição  $H_2$ ) não podem ser descritas como pós-coloniais, porque, como diz Anderson, o uso das “línguas espanhola e inglesa nunca foi contencioso”.<sup>51</sup> Estabelece-se assim uma distinção entre os “pós-colonizados” que “se identificam com a cultura destruída pelo imperialismo e pela sua língua” e os “pós-colonizadores” que “não conseguem abandonar a cultura e as línguas das nações imperialistas”.<sup>52</sup> A princípio, a posição  $H_1$  identificaria os pós-colonizados e a posição  $H_2$  os pós-colonizadores: a distribuição da posição  $H_3$  é ambígua.

O autor aceita que nem sempre é possível para indivíduos nas sociedades pós-colonizadoras abandonarem o que são, simplesmente, a sua língua e a sua cultura,<sup>53</sup> mas coloca essa possibilidade de escolher um idioma como a peça central na formação da identidade. É perfeitamente legítimo afirmar que “escolher um idioma é escolher uma identidade”,<sup>54</sup> mas DURING parece querer dizer o contrário: que escolher uma identidade seja necessariamente escolher um idioma, e que ter uma língua “imperialista” como língua materna impossibilita o desenvolvimento de uma identidade nova. O autor identifica essa impossibilidade com certos países e com certos indivíduos que ocupariam posições muito diversas: “é essa a situação não somente para a Austrália e o Canadá, como foi certa vez para os Estados Unidos. Também é o caso dos caribenhos e de muitos maoris e aborígenes”.<sup>55</sup> As sociedades australiana e canadense são casos típicos da posição  $H_2$ , e DURING não explica a saída dos Estados Unidos desta categoria. Os caribenhos, sendo na maioria descendentes de escravos, poderiam se identificar com a posição  $H_3$ , e os maoris e os aborígenes com a posição  $H_1$ . Por um lado, essa justaposição contradiz a primeira

49 DURING, 1995. p. 125. No original: “The post-colonial desire is the desire of decolonized communities for an identity”.

50 DURING, 1995. p. 125. No original: “the post-colonial drive towards identity centres around language. ... For the post-colonial to speak or write in the imperial tongues is to call forth a problem of identity”.

51 ANDERSON, 1991. p. 67. No original: “Spanish and English were never issues in the revolutionary Americas”.

52 DURING, 1995. p. 127. No original: “The post-colonized identify with the culture destroyed by imperialism and its tongue; the post-colonizers, if they do not identify with imperialism, at least cannot jettison the culture and tongues of the imperialist nations”.

53 DURING, 1995. p. 127. No original: “Of course there is not always a choice here”.

54 DURING, 1995. p. 126. No original: “a choice of language is a choice of identity”.

55 DURING, 1995. p. 127. No original: “For many ex-colonies the native tongue is the world tongue – English. This is not just true for Australia and Canada, say, as it once was for the United States. It is also true for West Indians as well as for many Maoris and Aborigines”.

distinção feita à base do status de “vítima”: as sociedades “colonizadas” das posições H<sub>1</sub> e H<sub>3</sub> podem sentir a “necessidade pós-colonial”, mas não têm acesso a uma identidade “pós-colonizada”. Por outro lado, é difícil justificar um esquema capaz de colocar todas as posições híbridas na mesma categoria, descrevendo tanto descendentes de escravos quanto povos indígenas como “pós-colonizadores” simplesmente por falarem a mesma língua.

O autor presume que todas as sociedades surgidas a partir de processos de colonização queiram atingir uma identidade definida como pós-colonizada: uma identidade que não fale a língua do colonizador. Baseado nessa pressuposição, ele separa aqueles países onde esse tipo de identidade é teoricamente possível, como a Nova Zelândia, “onde os maoris constituem uma minoria significativa”,<sup>56</sup> daqueles onde as línguas indígenas pouco se falam. Por essas definições, muitas sociedades da posição H<sub>2</sub>, como as da Austrália e do Brasil, são condenados a sentir o que During descreve como o “vazio do pós-colonizador”:<sup>57</sup> a sensação de ser diferente do colonizador, mas sem possibilidades lingüísticas de se descolonizar. Ele não explicita qual distância, quais mudanças ou quantas gerações separam o colonizador do pós-colonizador, nem em qual momento esse vazio começa a se impor. Existe, porém, uma saída dessa situação, mal esboçada anteriormente na distinção entre os Estados Unidos por um lado e a Austrália e o Canadá (e, presumivelmente, o Brasil) pelo outro, e repetida na sugestão que “o inglês da Índia, da Nova Zelândia, da Austrália ou da Irlanda não é diferente o suficiente do inglês transatlântico” para criar uma identidade própria.<sup>58</sup> Não se explica por qual processo os Estados Unidos – claramente produto da colonização – conseguem entrar no padrão lingüístico do qual os outros ingleses diferem. Se a distinção é realmente lingüística – se existe um “inglês transatlântico” que seja, como During sugere, “a língua do mercado internacional”<sup>59</sup> – falta explicar como o Reino Unido e os Estados Unidos conseguem manter identidades tão distintas, apesar de usar essa mesma língua. Se a diferença não é realmente um tipo de inglês, mas uma determinada relação com o poder internacional, então a questão de identidade não é lingüística e sim simplesmente política ou econômica.

Nenhuma dessas duas abordagens consegue elucidar o tipo de parentesco cultural que existe entre uma sociedade do Novo Mundo e a sua ex-metrópole. Se o desenvolvimento de uma cultura distinta dentro da família anglófona pode ser visto como análogo ao processo de individuação de um ser humano, o que distingue os Estados Unidos das outras ex-colônias não é nada essencial, mas simplesmente a sua idade. Da mesma maneira que um indivíduo não tem de se definir como o contrário dos seus pais, mas como diferente dentro de uma relação de semelhança, o descendente do colonizador não sente nenhuma necessidade de abandonar a sua própria cultura e a sua própria língua – nada é mais natural, afinal, que falar a língua materna –, e sim de reconhecer e valorizar diferenças dentro de uma relação de parentesco cultural. Há, claramente, um

56 DURING, 1995. p. 126-127. No original: “A country like Australia has almost no possibility of entry into the post-colonized condition, though its neighbour, New Zealand, where Maoris constitute a large minority, does”.

57 DURING, 1995. p. 128. No original: “the post-colonizer’s emptiness”.

58 DURING, 1995. p. 128. No original: “Indian, New Zealand, Australian or Irish English is not [sufficiently] different from transatlantic English”.

59 DURING, 1995. p. 128. No original: “the language of the international market”.

processo de busca de identidade nesses casos entre as posições 2 e H<sub>2</sub>, embora During queira defini-lo como fora do âmbito do pós-colonial.

## O Segundo Mundo de Alan Lawson

Um dos teóricos literários mais sutis no seu posicionamento sobre culturas de situação H<sub>2</sub> é Alan Lawson, que vem produzindo uma série de observações interessantes ao longo das últimas décadas. Um artigo publicado em 1983 mostra a importância fundamental da distância entre a memória cultural trazida da metrópole e a experiência da vida no Novo Mundo: a relação entre as posições 2 e H<sub>2</sub>. Trabalhando comparativamente com as literaturas da Austrália e do Canadá, o autor enfatiza a experiência do colono, “alimentado, ou pessoal, ou culturalmente, com imagens de um lugar diferente e distante”, que reconhece “uma discrepância entre a imagem e a experiência, entre a cultura e o contexto, entre a literatura e a vida”.<sup>60</sup> Lawson evita reduzir esse reconhecimento colonial à categoria da “nação”, afirmando que a tarefa do escritor na posição H<sub>2</sub> é de “fornecer imagens d’aqui que não sejam nem chocantes, nem vergonhosas em comparação às imagens ancestrais de lá”.<sup>61</sup> “Aqui” e “lá” não são definidos como unidades políticas distintas, e sim como experiências culturais e existenciais diversas. Quando, por exemplo, um sul-rio-grandense lê Machado de Assis e um australiano lê Jane Austen, a distância cultural que cada um sente não depende de fronteiras políticas: não existe um isomorfismo entre uma cultura e um país, nem uma separação radical entre a cultura que se vive em um país e em outro. Por isso, Lawson enfatiza a percepção individual, glosando a tarefa do escritor como “uma necessidade psicológica”,<sup>62</sup> em contraste aos “historiadores e comentaristas, tanto no Canadá quanto na Austrália” que pressupõem uma nova nação – uma nova categoria social –, inferindo uma responsabilidade de “fornecer uma consciência de identidade nacional”.<sup>63</sup>

Lawson reconhece a importância estrutural do “problema da identidade nacional” em culturas da posição H<sub>2</sub>,<sup>64</sup> mas deixa em aberto o que seria a natureza desse problema. Benedict Anderson reconhece que “no mundo moderno, todo indivíduo pode, deve, vai ‘ter’ uma nacionalidade, assim como ele ‘tem’ um gênero”,<sup>65</sup> mas realça o contraste entre essa universalidade e a particularidade de cada manifestação concreta da “identidade nacional”. Quando Lawson trata, então, do problema da identidade nacional, ele não pressupõe a necessidade de construir uma nacionalidade nova, nem um

60 LAWSON, Alan. The discovery of nationality in Australian and Canadian literatures. In: ASHCROFT, Bill; GRIFFITHS, Gareth; TIFFIN, Helen (Ed.). The post-colonial studies reader. London: Routledge, 1995. p. 168. No original: “The inevitable recognition for the colonial, nurtured either personally or culturally on images of a distant and different place, was that there is a discrepancy between image and experience, between culture and context, between literature and life”.

61 LAWSON, 1995. p. 168. No original: “to provide images of the here that will not shock or embarrass by comparison with the long-held images of there”.

62 LAWSON, 1995. p. 168. No original: “psychological responsibility”.

63 LAWSON, 1995. p. 168. No original: “historians and commentators in both Canada and Australia have assumed that it was part of the writer’s task to provide a sense of national identity”.

64 LAWSON, 1995. p. 168. No original: “In both countries there are grounds, I suggest, for regarding the problem of national identity as a fundamental one, a structural, colonial one”.

65 ANDERSON, 1991. p. 5. No original: “in the modern world everyone can, should, will ‘have’ a nationality, as he or she ‘has’ a gender”.

modelo sob o qual tal nacionalidade teria de se construir, muito menos uma deficiência nos materiais culturais ou lingüísticos disponíveis. O que afirma, na verdade, é que a necessidade psicológica causada pela discrepância cultural se concretiza na pergunta “inevitável” de “Quem sou eu quando sou desterrado?”.<sup>66</sup> Como os israelitas no exílio babilônico que perguntaram “Como cantaremos o cântico do Senhor em terra estranha?”,<sup>67</sup> o sujeito no Novo Mundo lida com a necessidade de uma certa continuidade cultural apesar de uma disjunção geográfica.

É essa a visão de Jorge Klor de Alva quando descreve o conflito entre as novas nações hispano-americanas e a própria Espanha não como “uma luta anti-colonial pela independência”, mas como “uma luta separatista travada entre duas partes do mesmo império”.<sup>68</sup> Em algumas colônias, como o Brasil, o Canadá, a Austrália e a Nova Zelândia, nem foi necessário lutar, mas em todos os casos de autonomia de uma cultura da posição H<sub>2</sub> em relação à sua metrópole (posição 2) existe a mesma situação fundamental: “aqueles que lutaram e venceram [ou com armas, ou com argumentos] eram descendentes daqueles que tinham chegado e conquistado e, em grande medida, o seu modelo cultural e ideológico continuou a ser a metrópole imperial”.<sup>69</sup> Um teórico do nacionalismo nas relações internacionais, Lars-Erik Cederman, afirma que a tendência geral na sua disciplina seja a de evitar a reificação, tanto do Estado quanto da nação, e de desenvolver “uma ontologia mais flexível, problematizando unidades tanto territoriais quanto culturais quando for teoricamente interessante”.<sup>70</sup> Seguindo esta mesma linha, o “problema” da identidade nacional é justamente o de definir como será a relação de parentesco com a cultura ancestral: de construir, como diz Lawson, “uma nova definição do “eu” [e do “nós”] – metafísica, histórica, cultural, lingüística e social”.<sup>71</sup>

Desdobrando os processos dessa definição, em 1986 Lawson recupera o termo “Segundo Mundo” para descrever aquelas sociedades formadas no Novo Mundo em territórios com uma predominância populacional ou cultural de descendentes dos colonizadores: a posição H<sub>2</sub>. No contexto da língua inglesa, essa condição une “a Austrália, a Nova Zelândia, o Canadá e os Estados Unidos na sua época pré-imperial”,<sup>72</sup> e Lawson descreve o que ele identifica como “as maneiras como elas tipicamente tematizam a secundariedade dos seus mundos”.<sup>73</sup> Em outros momentos, essa “secundariedade” se glosa em termos de dois primários: “o Primeiro Mundo da origem cultural (a Europa) e o Primeiro Mundo geográfico, legal e temporal dos povos indígenas”,<sup>74</sup> representando

66 LAWSON, 1995. p. 168. No original: “Who am I when I am transported? is an inevitable colonial question”.

67 SALMO 136. In: BÍBLIA sagrada. Traduzida da Vulgata pelo Padre Matos Soares. 10.ed. São Paulo: Edições Paulinas, 1959. p. 685. Versículo 4.

68 KLOR DE ALVA. p. 257. No original: “not an anticolonial struggle for independence but rather a separatist struggle waged between two parts of the same imperium”.

69 KLOR DE ALVA. p. 257. No original: “Those who fought and won were descended from those who had come and conquered, and their cultural and ideological model, for the most part, remained the imperial motherland”.

70 CEDERMAN, Lars-Erik. Nationalism and ethnicity. In: CARLSNAES, Wåter; RISSE, Thomas; SIMMONS, Beth (Ed.). Handbook of international relations. London: Sage, 2002. p. 422. No original: “The general tendency of the intellectual development is pointing away from reified and imprecise terminology and toward a more flexible ontology problematizing both territorial and cultural units whenever theoretically fruitful”.

71 LAWSON, 1995. p. 168. No original: “a new definition of self – metaphysical, historical, cultural, linguistic and social”.

72 LAWSON. 1991. p. 67. No original: “the settler societies of Australia, New Zealand, Canada and pre-Imperial USA”.

73 LAWSON, 1991. p. 67. No original: “the doubleness, the bi-focality of the cultures and their particular uses of language, and the characteristic ways in which they thematise the second-ness of their worlds”.

74 LAWSON, Alan. Proximities: from asymptote to zeugma. In: SMITH, Rowland. B. (Org.). Postcolonizing the Common-

“dois tipos de autoridade e dois tipos de autenticidade que o sujeito do Segundo Mundo inevitavelmente imita”.<sup>75</sup> Por causa dessa situação ambivalente, o autor insiste que o texto da cultura  $H_2$  fala a partir de uma condição ao mesmo tempo “imperializada e colonizadora”:<sup>76</sup> não colonizada, mas inserida numa rede de relações imperiais, em que a antiga metrópole não deixa de ser um fator importante.

Lawson afirma que as culturas e literaturas da posição  $H_2$  são “as mais resistentes à definição pós-colonial”,<sup>77</sup> mas, por algum motivo, parece se esquivar da questão da classificação, insistindo que o seu Segundo Mundo não é uma categoria cultural, nem uma lista de países, mas uma “posição de leitura”: “um ponto de vista do qual podemos olhar para dentro e para fora” ao mesmo tempo.<sup>78</sup> Ora, se existem contextos culturais onde este tipo de leitura é especialmente proveitoso, cabe nomeá-los: as culturas da posição  $H_2$  de fato existem e compartilham características que merecem ser identificadas. O Segundo Mundo é uma categoria cultural de grande utilidade, capaz de aproximar culturas não somente do mundo britânico, mas do Brasil, dos seus vizinhos castelhanos e até do sul da África. Reduzi-lo a um mero truque de leitura seria destituí-lo de poder analítico.

Mais tarde, Lawson estende o alcance do conceito também a países não-anglófonos – inclusive o Brasil e a Argentina<sup>79</sup> – mas, em vez de um posicionamento duplo da cultura  $H_2$  entre os dois primários, passa a focar somente um dos lados, o do indígena. Com essa ênfase parcial, perde-se a questão fundamental da individuação em relação à metrópole: a fonte das identidades novas que surgem no Novo Mundo. Lawson reconhece que o nacionalismo no Segundo Mundo representa a substituição da diferença entre o colono e o indígena por aquela entre o colono e o centro imperial,<sup>80</sup> mas chega a inverter a lógica histórica, sugerindo um desejo de “suprimir o indígena” e de “indigenizar-se”, do qual a diferença em relação ao Velho Mundo seria uma mera consequência.<sup>81</sup> Na verdade, a cultura do colono é, a princípio, simplesmente a cultura colonizadora, e é somente depois de um certo tempo que o sujeito no Novo Mundo vem a reconhecer que a sua nova posição  $H_2$  não é mais idêntica à posição 2. É neste momento que surge a possibilidade de uma relação de diferença entre o colono e o centro imperial: o seu contato com a posição 1 deixa de ser simplesmente um fato do projeto

---

wealth: studies in literature and culture. Waterloo, Ontario: Wilfrid Laurier University Press, 2000. p. 27. No original: “the First World of the cultural origin (Europe) and the geo-legal-temporal First World of Aboriginal peoples”.

75 LAWSON, Alan. Comparative studies and post-colonial “settler” cultures. *Australian-Canadian Studies*, v. 10, n. 2, 1992. p. 157. No original: “there are inevitably two kinds of authority and two kinds of authenticity which the Second World subject is con/signed to mimic”.

76 LAWSON, 1991. p. 68. No original: “both imperialized and colonising”.

77 LAWSON, 1992. p. 156. No original: “it is these ‘settler societies’ that have been most resistant to post-colonial definition”.

78 LAWSON, 1991. p. 69. No original: “The reading position I’m exploring ... would observe that the pier is on the edge of the land and on the edge of the sea: it provides the vantage point from which to look both out and in”.

79 JOHNSTON, Anna; LAWSON, Alan. Settler colonies. In: SCHWARZ, Henry; RAY, Sangeeta (eds). *A companion to postcolonial studies: a historical introduction*. Oxford & New York: Blackwell, 2000. p. 362.

80 JOHNSTON, 2000. p. 365. No original: “In the founding and growth of cultural nationalism, then, we can see one vector of difference (the difference between colonizing subject and colonized subject: settler-indigene) being replaced by another (the difference between colonizing subject and imperial centre: settler-imperium). ... In this process, ‘the national’ is what replaces ‘the indigenous’”.

81 LAWSON, 1992. p. 158. No original: “The first of these [motives] is the suppression or effacement of the indigene; the second is the indigenization of the settler, who, in becoming more like the indigene who he mimics, becomes less like the atavistic inhabitant of the cultural homeland whom he is also reduced to mimicking”.

colonizador e passa a fazer parte da sua nova dialética de identificação e de estranhamento em relação à matriz cultural do colonizador.

Em textos mais recentes, Lawson cai na reificação ao pressupor que “o colono procura estabelecer uma nação e, portanto, precisa virar nativo e escrever a epopéia da origem da nação”.<sup>82</sup> Seria mais legítimo afirmar que o colono – e a sua sociedade da posição H<sub>2</sub> – sente uma necessidade de codificar a sua sensação de diferença em relação à metrópole, e que o processo de “estabelecer uma nação” é mais uma ferramenta que propriamente uma tarefa. “A nação” é a resposta do Novo Mundo à questão da identidade: Como é que essa nossa cultura ancestral funciona nesse lugar? Como cantaremos o cântico do Senhor em terra estranha, quando ainda não temos outra coisa para cantar?

## Posfácio: Leituras segundo-mundistas

O Brasil é complexo demais para arriscar generalizações, mas o contexto cultural sul-rio-grandense parece se enquadrar no conceito do Segundo Mundo tão bem quanto o australiano, sugerindo uma ponte de comparação entre duas sociedades raramente colocadas na mesma categoria. Em vez de uma crítica nacionalista, que procura fechar as fronteiras e descrever a literatura (ou brasileira ou gaúcha) puramente nos seus próprios termos, e em vez de uma crítica terceiro-mundista, que se alimenta com ressentimentos mas consegue esquecer da condição dos povos indígenas dentro do Brasil, proponho um projeto de leituras segundo-mundistas.

Morar no exterior é estar sempre no meio de uma comparação: pessoalmente, esse projeto inevitavelmente se define em termos da minha experiência, da necessidade diária de me perguntar: “O que é parecido?”, “O que é diferente?”, das minhas reflexões sobre “a minha cultura e a cultura daqui”. É difícil sugerir limites para um projeto que, a princípio, se define de dentro para fora: eu sei onde a comparação começa, mas não até onde pode ir. Qual é, afinal, a relação entre “a minha cultura” e a cultura do meu país? Quais são as fronteiras do lugar que eu percebo como “aqui”?

Em certos momentos, seria possível identificar a minha cultura pessoal – o meu conceito do que é normal – com uma suposta “cultura australiana”, mas jeitos de ser e de pensar não respeitam fronteiras políticas. Sendo nativo de Sydney, por exemplo, eu acho natural definir a Austrália como um país do Pacífico, mas alguém de Perth, mirando o pôr-do-sol sobre o Oceano Índico, vai ver o seu lugar no mundo com outros olhos. O rugby é um dos esportes mais populares no estado de New South Wales: neste sentido, a minha cultura tem mais em comum com as culturas da Nova Zelândia e da África do Sul do que com o estado vizinho de Victoria, apaixonado pelo futebol australiano. Quando um amigo canadense volta de Veneza para Toronto e escreve sobre o trânsito italiano, eu comparo a sua experiência com a minha em Porto Alegre e percebo que compartilhamos uma cultura britânica e que estamos descrevendo duas faces de uma cultura latina. São raros os momentos em que sou simplesmente australiano.

<sup>82</sup> LAWSON, 2000. p. 28. No original: “The settler seeks to establish a nation, and therefore needs to become native and to write the epic of the nation’s origin.”

Se “a minha cultura” é impossivelmente fluida, “a cultura daqui” com a qual eu faço as minhas comparações também é. Quando percebo uma semelhança ou uma diferença cultural, nunca sei se estou diante de uma manifestação puramente portoalegrense ou de algo mais amplo. Teria eu a mesma percepção em qualquer lugar no Rio Grande do Sul? No Brasil? Na região do Prata? No Cone Sul? Na América Latina? Uma vida é curta demais e uma perspectiva individual restrita demais para saber.

A mesma falta de limites existe em relação ao objeto de estudo. Acho interessante, por exemplo, comparar as próprias culturas, não somente em termos da literatura, mas em relação, por exemplo, à política indígena, ao papel do esporte na sociedade, à diplomacia, ao sincretismo religioso, ao meio ambiente. Acho legítimo examinar textos de qualquer natureza – ficcionais, literários ou não –, para descobrir se existem semelhanças na representação, ou consciente ou inconsciente, dos resultados ou dos próprios processos de formação e individuação cultural. Aceito, porém, a necessidade de propor termos de trabalho um pouco mais científicos.

Como ponto de partida, então, sugiro que o conceito do Segundo Mundo e o modelo descrito neste ensaio sejam utilizados para orientar comparações entre as literaturas da Austrália e do Rio Grande do Sul, principalmente em textos de épocas e situações onde os processos da formação cultural possam transparecer e em textos ficcionais posteriores que tratam de tais épocas e situações. A partir daqui, quero ver até onde podemos chegar.

## Referências Bibliográficas

ANDERSON, Benedict. *Imagined communities: reflections on the origin and spread of nationalism*. 2.ed. London: Verso, 1991. 224 p.

ASHCROFT, Bill; GRIFFITHS, Gareth; TIFFIN, Helen. *The empire writes back: theory and practice in post-colonial literatures*. London: Routledge, 1989. 246 p.

ASSIS BRASIL, Luiz Antonio de. O universo nas ruas do mundo. In: ZILBERMAN, Regina; BERND, Zilá (Org.). *O viajante transcultural: leituras da obra de Moacyr Scliar*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004. p. 13-33.

BERND, Zilá. *Literatura e identidade nacional*. Porto Alegre: Editora da Universidade/ UFRGS, 1992. 85 p.

BHABHA, Homi K. Interrogating identity: Frantz Fanon and the postcolonial prerogative. In: \_\_\_\_\_. *The location of culture*. London: Routledge, 1994. p. 40-65.

BHABHA, Homi K. Culture's in between. In: BENNETT, David (Ed.). *Multicultural states: rethinking difference and identity*. London: Routledge, 1998. p. 29-36.

CEDERMAN, Lars-Erik. Nationalism and ethnicity. In: CARLSNAES, Walter; RISSE, Thomas; SIMMONS, Beth (Ed.). *Handbook of international relations*. London: Sage, 2002. p. 409-428.

CROSBY, Alfred W. Ecological imperialism. In: ASHCROFT, Bill; GRIFFITHS, Gareth; TIFFIN, Helen (Ed.). *The post-colonial studies reader*. London: Routledge, 1995. p. 418-422.

*Documenting a democracy*. Disponível em: <<http://www.foundingdocs.gov.au/default.asp>> Acesso em: 29 ago. 2005.

DURING, Simon. Postmodernism or post-colonialism today. In: ASHCROFT, Bill; GRIFFITHS, Gareth; TIFFIN, Helen (Ed.). *The post-colonial studies reader*. London: Routledge, 1995. p. 125-129.

FANON, Frantz. National culture. In: ASHCROFT, Bill; GRIFFITHS, Gareth; TIFFIN, Helen (Ed.). *The post-colonial studies reader*. London: Routledge, 1995. p. 153-157.

GOLDIE, Terry. The representation of the indigene. In: ASHCROFT, Bill; GRIFFITHS, Gareth; TIFFIN, Helen (Ed.). *The post-colonial studies reader*. London: Routledge, 1995. p. 232-236.

GRIGGS, Richard. *Background on the term "Fourth World"*. Disponível em: <<http://www.cwis.org/fourthw.html>> Acesso em: 13 mar. 2005.

HORÁCIO. *Arte poética*. Traduzido por Jaime Bruna. In: *A poética clássica*. São Paulo: Cultrix, 1997. 53-68.

JOHNSTON, Anna; LAWSON, Alan. Settler colonies. In: SCHWARZ, Henry; RAY, Sangeeta (Ed.). *A companion to postcolonial studies: a historical introduction*. Oxford & New York: Blackwell, 2000. p. 360-376.

KLOR DE ALVA, Jorge. The postcolonization of the (Latin) American experience: a reconsideration of "colonialism," "postcolonialism," and "mestizaje". In: PRAKASH, Gyan. *After colonialism: imperial histories and postcolonial displacements*. Princeton: Princeton University Press, 1995. p. 241-275.

LAWSON, Alan. A cultural paradigm for the second world. *Australian-Canadian studies*, v. 9, n. 1-2, p. 67-78, 1991.

LAWSON, Alan. Comparative studies and post-colonial "settler" cultures. *Australian-Canadian Studies*, v. 10, n. 2, p. 153-159, 1992.

LAWSON, Alan. The discovery of nationality in Australian and Canadian literatures. In: ASHCROFT, Bill; GRIFFITHS, Gareth; TIFFIN, Helen (Ed.). *The post-colonial studies reader*. London: Routledge, 1995. p. 167-169.

LAWSON, Alan. Proximities: from asymptote to zeugma. In: SMITH, Rowland B. (Org.). *Postcolonizing the Commonwealth: studies in literature and culture*. Waterloo, Ontario: Wilfrid Laurier University Press, 2000. p. 19-37.

MIGNOLO, Walter. La razón postcolonial: herencias coloniales y teorías post-coloniales. *Gragoatá*. Niterói, n. 1, p. 7-29, 2º semestre, 1996.

MOOG, Vianna. *Bandeirantes e pioneiros: paralelo entre duas culturas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1964. 345 p.

PRENTICE, Chris. Some problems of response to empire in settler post-colonial societies. In: TIFFIN, Chris; LAWSON, Alan. *De-scribing empire: post-colonialism and textuality*. London: Routledge, 1994. p. 45-58.

SAID, Edward. A meditation on beginnings. In: \_\_\_\_\_. *Beginnings: intention and method*. New York: Columbia University Press, 1975. p. 29-78.

SAID, Edward. The world, the text and the critic. In: \_\_\_\_\_. *The world, the text and the critic*. London: Faber and Faber, 1984. p. 31-53.

SALMO 136. In: BÍBLIA sagrada. Traduzida da Vulgata pelo Padre Matos Soares. 10.ed. São Paulo: Edições Paulinas, 1959. p. 685.

SLEMON, Stephen. The scramble for post-colonialism. In: TIFFIN, Chris; LAWSON, Alan. *De-scribing empire: post-colonialism and textuality*. London: Routledge, 1994. p. 15-32.

SLEMON, Stephen. Unsettling the empire: resistance theory for the second

world. In: ASHCROFT, Bill; GRIFFITHS, Gareth; TIFFIN, Helen (Ed.). *The post-colonial studies reader*. London: Routledge, 1995. p. 104-110.

TIFFIN, Chris; LAWSON, Alan. Introduction: the textuality of empire. In: \_\_\_\_\_. *De-scribing empire: post-colonialism and textuality*. London: Routledge, 1994. p. 1-11.

TIFFIN, Helen. Post-colonial literatures and counter-discourse. In: ASHCROFT, Bill; GRIFFITHS, Gareth; TIFFIN, Helen (Ed.). *The post-colonial studies reader*. London: Routledge, 1995. p. 95-98.

UNITED NATIONS ORGANIZATION. *Growth in United Nations membership, 1945-2004*. Disponível em: <<http://www.un.org/Overview/growth.htm>> Acesso em: 13 jan. 2005.

UNITED STATES OF AMERICA. Central Intelligence Agency. *The world factbook 2004*. Disponível em: <<http://www.cia.gov/cia/publications/factbook/>> Acesso em: 13 mar. 2005.

WALLERSTEIN, Immanuel. O que era mesmo o Terceiro Mundo? Traduzido por Teresa Van Acker. *Le Monde Diplomatique*: edição brasileira, v. 1, n. 7, ago. 2000. Disponível em: <<http://www.diplo.com.br/aberto/0008/09.htm>> Acesso em: 13 mar. 2005.